

Avaliação da Política sobre Drogas dos Estados Unidos

Peter Reuter

University of Maryland

**Texto de apoio para a Primeira Reunião da Comissão Latino-
americana sobre Drogas e Democracia**

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2008

Avaliação da Política sobre Drogas dos Estados Unidos

Peter Reuter
Universidade de Maryland

Resumo

O problema das drogas é mais importante nos Estados Unidos que em qualquer outra nação ocidental, tanto se for avaliado em termos do predomínio do uso de drogas como a partir das conseqüências adversas vinculadas às mesmas, incluindo crimes e doenças (a AIDS, em particular). O problema relacionado às drogas parece estar agora em declínio nos Estados Unidos e ocupa atualmente um lugar de menos destaque diante dos olhos do público, em comparação com a importância que esse assunto tinha há vinte anos. Apesar disso, drogas tais como a cocaína, a heroína e a metanfetamina continuam causando um grande dano ao país, especialmente no caso das comunidades de minorias vulneráveis que vivem nas grandes cidades. A melhor situação atual é provavelmente o resultado do normal desenvolvimento de velhas epidemias.

A política sobre drogas dos Estados Unidos é ampla ainda que desequilibrada. Em comparação com a política de drogas de outras nações ricas, a política dos Estados Unidos gasta mais dinheiro em medidas vinculadas ao controle das drogas, sendo que uma grande proporção do dinheiro gasto, talvez 75%, seja investida em atividades de controle, em particular em prisões, processos judiciais e prisão de traficantes de pouca importância. Aproximadamente 500.000 pessoas estão presas por crimes de drogas por dia. As medidas vinculadas à política de drogas, sejam estas relativas à prevenção, ao tratamento ou ao controle, tiveram pouco êxito. Os preços caíram e as drogas estão tão disponíveis como sempre. Não parecem existir muitas possibilidades de que se produza uma mudança relevante na política sobre drogas.

O problema das drogas nos Estados Unidos

Há quarenta anos que o tema das drogas faz parte do cotidiano dos problemas sociais nos Estados Unidos. Este problema se remonta ao período da epidemia de heroína do final dos anos 60. Os custos principais associados foram o alto índice de criminalidade e suas conseqüências para a comunidade. Outro dos elementos principais relacionados ao problema das drogas foi o aumento dos casos de AIDS produzidos pelas drogas injetáveis.

Uso

Desde 1965, os Estados Unidos passaram por quatro epidemias de drogas, em cada uma delas foram produzidos aumentos abruptos no uso, seguidos de um marcado declínio no novo uso. Depois de produzida uma epidemia, se evidenciou um declínio relativamente importante, ainda que lento, na população de usuários dependentes. Cada droga esteve marcada por padrão social, geográfico e étnico característico. Todas elas estiveram fortemente associadas ao problema da delinqüência.

Heroína. A epidemia de heroína começou ao redor de 1967 e terminou aproximadamente em 1974, já que a partir deste ano começou a evidenciar-se um número menor de viciados. O problema se concentrava em poucas cidades e afetava particularmente a homens afro-americanos e hispânicos. Muitos viciados em heroína conseguiram sobreviver por trinta anos, havendo passado por períodos de vício, tratamento, prisão e abstinências esporádicas.

Cocaína em pó: A epidemia começou nos Estados Unidos no final dos anos 70 e se estendeu por aproximadamente uma década. Esta droga era usada por uma população muito mais ampla, desde o ponto de vista da renda, etnia e educação; seu uso era menos concentrado entre os homens.

Cocaína de Crack: a epidemia começou em Los Angeles e em Nova York aproximadamente em 1982 e se estendeu para outras cidades durante os cinco anos seguintes. Em 1988 já haviam caído os índices referentes a novos usos em todas as partes. A epidemia durou cerca de dois anos em cada uma das cidades e se concentrava entre as pessoas jovens de comunidades de minorias pobres.

Metanfetamina: No início dos anos 80, já existia uma quantidade considerável de comunidades dependentes de metanfetamina em um número pequeno de cidades (principalmente, San Diego), na Costa Oeste. A maioria dos usuários pertencia a bairros da classe trabalhadora, tanto hispânicos como brancos. Dez

anos depois, a droga se estendeu para o leste e foi a primeira vez que uma droga causou problemas importantes nas comunidades rurais. Mesmo hoje (2008) ainda permanece quase desconhecida em algumas das principais cidades da costa leste, tais como Nova York e Boston. Ainda que o número de usuários que dependem da droga ainda possa estar crescendo, seu uso por parte da população em geral já se encontra muito abaixo do pico alcançado no final de 1990.

A maconha é de longe a droga mais amplamente conhecida entre a população. Aproximadamente a metade de cada coorte de nascimento desde 1960 provou a droga até os 21 anos de idade. Desde meados dos anos 70, foi produzida uma transformação considerável da maneira como os adolescentes a usam. Por exemplo, aproximadamente em 1980, cerca de um de cada quatro jovens entre 18 e 24 anos reconheceram em uma pesquisa que haviam usado maconha nos últimos trinta dias. Dez anos depois, este número havia caído para um de cada oito, e desde então vem crescendo novamente, para posicionar-se em um de cada seis.

No ano 2000, segundo os cálculos do governo federal, existiam cerca de 1 milhão de usuários crônicos de heroína, 2,7 de usuários crônicos de cocaína e 600.000 usuários crônicos de metanfetamina. Um número muito maior – cerca de 5 milhões – correspondia aos usuários dependentes da maconha, ainda que isto fosse associado a problemas muito menos relevantes.

Problemas relacionados às Drogas

A consequência mais visível do uso de drogas nos Estados Unidos foi a delinqüência associada, tanto a sua comercialização como à necessidade que cria de obter dinheiro para comprar as substâncias, que costumam ser muito caras. O hábito de consumo da cocaína e da heroína, em meados dos anos 90, custou mais de US\$ 15.000 ao ano, muito mais do que um alcoólatra tem de

gastar para adquirir sua fonte de intoxicação. Dado que o uso regular da cocaína e da heroína provocaram dificuldades relacionadas ao emprego, não deve surpreender que a delinqüência tenha sido uma das fontes principais de obtenção de recursos para pagar as drogas. Das pessoas presas nas cidades americanas no início desta década, a maioria eram usuários habituais de drogas caras, ainda que certamente as drogas variassem bastante de acordo com a cidade. Ver a Tabela 1:

Tabela 1. Porcentagem de Homens Adultos Presos cujo Teste de Drogas deu Positivo nas Cinco Principais Cidades, 2002

Cidade Principal	Qualquer Droga NIDA-5*		Cocaína/ Crack	Opiáceos	Metanfetaminas
	5*	Maconha			
Chicago, IL	85.2%	49.4%	47.9%	26.0%	0.3%
Dallas, TX	58.0%	35.3%	30.7%	6.1%	4.0%
Los Angeles, CA	62.3%	36.4%	32.1%	5.8%	14.8%
Nova York, NY	81.0%	44.3%	49.0%	15.0%	0.5%
Phoenix, AZ	71.1%	41.5%	27.1%	5.0%	31.2%
Média (36 cidades)	63.9%	41.5%	30.4%	5.9%	5.3%

* As drogas NIDA-5 são cocaína, opiáceos, maconha, metanfetamina e PCP.

Nas primeiras fases da epidemia de crack foi produzida uma enorme violência relacionada ao mercado. A partir do envelhecimento dos usuários e vendedores de crack, se produziu uma conseqüente queda brusca da violência.

O uso de drogas injetáveis foi um dos vetores principais relacionados à propagação da AIDS; o mesmo foi responsável por cerca de um terço das mortes que ocorreram como conseqüência dessa doença (cerca de 150.000 em 2003). As mortes por overdose atingem os 20.000 casos por ano; este número só mede aquelas pessoas que morreram por causas graves relacionadas às drogas, e não inclui àqueles cuja morte possa haver sido o resultado de efeitos crônicos, tales como falência hepática derivada da Hepatite B. Tampouco inclui homicídios possivelmente relacionados às drogas; Já que durante os primeiros

anos desta década houve aproximadamente 15.000 homicídios por ano, é possível assumir que alguns milhares possam estar relacionados à venda de drogas.

Existem dois efeitos importantes que são sutis e difíceis de medir. Os bairros das áreas pobres do centro se viram sumidos na delinqüência, de uma maneira turbulenta e horrível, como conseqüência da venda de drogas ao ar livre. Este fenômeno provocou miséria na vida dos habitantes e expulsou os investimentos. A possibilidade de ganhar quantias de dinheiro consideráveis mediante a venda de drogas levou provavelmente muitos jovens que habitam essas comunidades a abandonar a escola prematuramente para se iniciar no comércio de drogas, ainda que muitos deles ganhem menos que o valor de um salário mínimo durante seus primeiros anos de atividade como traficantes de drogas, e mesmo sabendo que é possível que terminem na prisão.

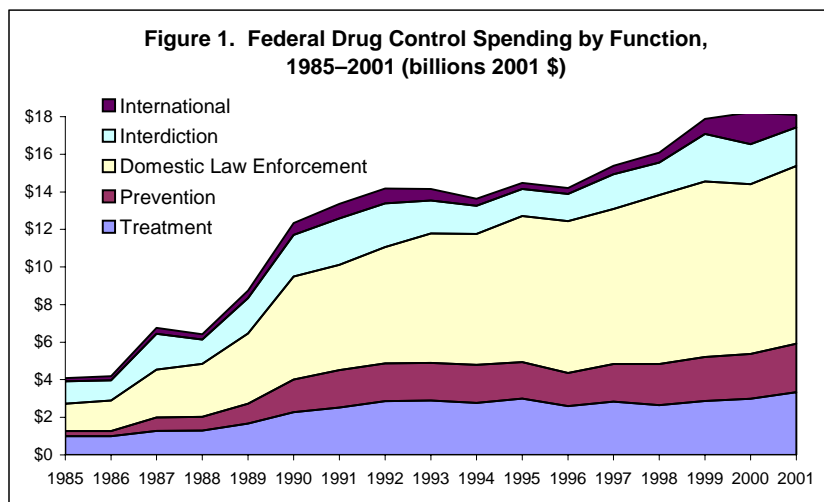
O cálculo mais acertado realizado até a data sobre os lucros derivados da venda de drogas, que data do ano 2000, falava de cerca de 60.000 milhões de dólares, dos quais 60 % correspondia à venda de cocaína.

As políticas públicas e sua resposta ao problema das drogas

Ainda que o Presidente Nixon tenha sido o primeiro a declarar, nos anos 70, a “guerra às drogas”, o governo federal, sob os presidentes Nixon, Ford e Carter, deu em geral uma ênfase considerável às questões relativas ao tratamento, particularmente com relação à provisão da dose de manutenção com metadona para viciados em heroína, como uma maneira de combater os problemas de delinqüência. O Presidente Carter foi significativamente mais progressista com relação ao tema da política de drogas que qualquer outro presidente; nesse sentido, Carter chegou a manifestar, inclusive, que o castigo pela posse de maconha não deveria ser mais severo que as conseqüências da droga em si mesma.

Desde 1981, ano no qual Ronald Reagan assumiu a presidência, a resposta estatal ao problema das drogas enfatizou as medidas de controle, particularmente contra os vendedores de cocaína. Esta ênfase é bipartidária: a administração Clinton foi tão severa com relação às drogas como os presidentes George H. W. Bush e George W. Bush.

O governo federal designou cerca de dois terços de seus fundos destinados ao controle de drogas a atividades de repressão desde 1985; ver Quadro 1. Entretanto, estes valores não representam de maneira completa o orçamento nacional para o controle de drogas, já que representam tão-somente cerca da metade de todos os gastos destinados ao controle de drogas. Os governos estaduais e locais também gastam grandes quantias e seus gastos estão inclusive ainda mais concentrados nas medidas de repressão.



Em função das mudanças que ocorreram nos procedimentos de designação do orçamento federal, é impossível mostrar mudanças posteriores ao ano 2002 de uma maneira sistemática, mas existem boas razões para acreditar que o orçamento continuou aumentando, assim como também sua ênfase nas medidas de repressão. É provável que os gastos totais destinados ao controle de drogas, em todos os níveis do Estado, tenham atingido o valor de aproximadamente \$40.000 milhões em 2007; entre 70 e 75% dessa quantia foi

designada a medidas de repressão. Só a prisão de 500.000 pessoas culpadas por crimes relacionados a drogas custa ao Estado entre 12.000 e 15.000 milhões de dólares aproximadamente.

Medidas de repressão: a consequência mais notável derivada desta ênfase nas medidas de repressão é que produziu a prisão de um imenso número de pessoas por crimes relacionados a drogas. Enquanto que em 1980, menos de 50.000 pessoas foram presas, esse número subiu para 500.000 no ano 2007. O meio milhão estimado (que inclui tanto aquelas pessoas que se encontram em prisões locais como às que se encontram em prisões estaduais e federais) abrange apenas aqueles que foram condenados por venda ou posse de drogas, não inclui aqueles que foram presos em função de crimes violentos ou crimes contra a propriedade derivados de sua dependência das drogas.

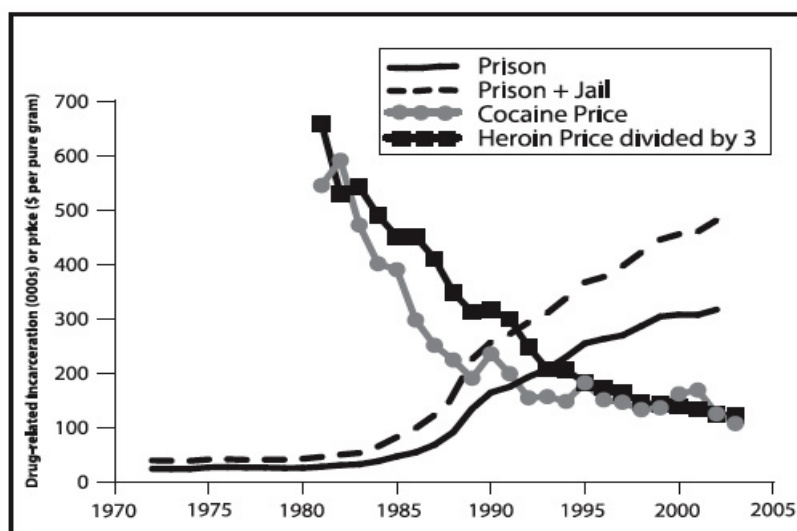
O que é realmente surpreendente é que o número tenha continuado aumentando mesmo apesar de existirem boas razões para acreditar que a escala do tráfico de drogas veio caindo moderadamente durante os últimos quinze anos. Apesar de muitas pessoas se encontrarem formalmente na cadeia ou na prisão por crimes de posse de drogas, muitas delas são na realidade traficantes que se declararam culpados em acusações de posse para evitar sentenças maiores.

Uma das principais preocupações que mais levantou atenção foi o tema da composição étnica e racial dos presos por tráfico de drogas. A probabilidade de terminar em uma prisão estatal por delitos de drogas é 14 vezes mais alta para um homem afro-americano que para um homem branco não hispânico. A proporção para homens hispânicos também é alta, ainda que seja menor que 10. Este problema reflete, em grande parte, as sentenças legais de maior duração referentes à cocaína de crack versus o pó de cocaína; os delitos

referentes à cocaína de crack costumam envolver, com maior frequência, delinqüentes negros.

Em teoria, as medidas de repressão severas deveriam produzir um aumento dos preços. Como é mostrado no Gráfico 2, não é o que ocorreu. Os preços da cocaína e da heroína caíram significativamente ao longo de um período de tempo importante; caso se compare com o valor de princípios dos anos 80, os preços caíram aproximadamente 80%. Existem indícios sobre um aumento do preço da cocaína ocorrido em 2007, mas esse valor está por baixo do nível que manteria durante a década de 90, e existem razões para crer que este aumento será de curta duração. Acredita-se, além disso, que o aumento pode estar relacionado ao conflito atual do mercado da droga no México, uma situação similar à que ocorreu com o preço da cocaína quando o governo colombiano decidiu enfrentar o Cartel de Medellín em 1989 e 1990. O Quadro 2 demonstra este fracasso a partir do contraste entre a queda dos preços e o aumento dos encarceramentos.

Quadro 2: Encarceramentos relacionados a Drogas e preços da Heroína e da Cocaína vendida no varejo.



Observação: os preços foram ajustados levando em consideração a inflação.

Tratamento: A cada ano, aproximadamente 1 milhão de pessoas recebem tratamento por abuso de substâncias (excluindo o uso isolado de álcool). Ainda que pareça grande, este número é pequeno se é comparado às estimativas sobre o número total de pessoas que precisam de tratamento. Excluindo aqueles que se encontram na prisão ou cadeia, poderiam existir uns 4 milhões de pessoas que têm problemas de abuso com cocaína, heroína e metanfetamina. A necessidade de tratamento nem sempre leva um toxicômano a buscar tratamento, com freqüência é necessária a pressão familiar, amigos, chefes ou o sistema de justiça criminal para que toxicômano compareça ao tratamento. Não deve ser, por tanto, unicamente a falta de gastos que leva a uma grande “lacuna no tratamento”. Contudo, a baixa proporção de toxicômanos em tratamento nos EUA contrasta com a situação de outras nações ocidentais prósperas. Por exemplo, na Holanda, Suíça e no Reino Unido, aproximadamente a metade daqueles que têm problemas com heroína se encontram recebendo programas de tratamento; nos EUA, essa proporção é bastante menor, talvez um de cada seis.

O tratamento não é só inadequado em termos do número de vagas disponíveis, mas também o é em função da baixa qualidade geral. O tratamento para drogas, particularmente o tratamento de manutenção com metadona, se encontra separado da Saúde Pública convencional. Os salários são muito baixos; muitos dos trabalhadores não se encontram bem capacitados e a troca da força de trabalho é alta. Apesar disso, existem indícios abundantes de que o tratamento, inclusive aquele que não é muito bom, é efetivo e rentável. Mais de 80% daqueles que começam um tratamento pela primeira vez o abandonam ou recaem no uso de drogas, de tal forma que o tratamento em si mesmo termina sendo uma carreira profissional, do mesmo modo que o uso de drogas. Mesmo assim, a redução no uso de drogas gera uma importante queda da delinqüência e nos comportamentos de risco para a saúde; isto, por sua vez, redundando em grandes benefícios, tanto para o usuário como para a sociedade em geral.

Prevenção: Existe um entusiasmo geral pelos programas de prevenção, considerados desde o ponto de vista conceitual. De acordo com os padrões internacionais, os EUA gastam uma grande quantidade de dinheiro em prevenção *per capita* de seu orçamento destinado ao controle de drogas. Lamentavelmente, grande parte desse dinheiro é desperdiçado em programas que não são efetivos. Nos últimos anos, o Escritório Nacional para a Política de Controle de Drogas financiou uma campanha nos meios de comunicação que segundo reiteradas avaliações não teve efeito sobre o uso juvenil de drogas. O programa mais conhecido nas escolas, denominado Educação sobre Resistência ao Abuso de Drogas (Dare, segundo as suas siglas em inglês) já foi avaliado várias vezes e foi qualificado como ineficiente; diante das avaliações negativas, o programa DARE concordou em reorganizar os seus esforços, a pesar de que se decidiu manter o uso de policiais que exercem de mensageiros. Outros gastos em prevenção foram atribuídos a programas que não possuem bases convincentes como conseguir melhoras na situação.

Programas Internacionais

Os gastos em programas para países que são fontes de drogas (erradicação, desenvolvimento alternativo, capacitação para policial, equipamento, etc.) constituem uma porção pequena do que os EUA gastam no controle de drogas. Mesmo quando o Plano Colômbia se encontrava em seu momento de maior expansão, os EUA gastavam menos de 1.500 milhões de dólares nesses programas, menos de 10% do gasto federal para controle de drogas e menos de 5% do gasto total do Estado dedicado ao controle de drogas. A maior parte desse dinheiro foi gasto na região Andina. Apesar de que o Afeganistão domina a produção mundial de heroína, os EUA importam a maior parte de sua heroína da Colômbia e do México. Na verdade, estes dois países respondem por quase todas as importações de drogas dos EUA; México opera como o ponto de

trânsito para uma grande proporção da cocaína e produz também uma quantidade considerável de maconha e metanfetamina importada.

Os programas de interceptação, cujo objetivo é deter drogas e mensageiros que se dirigem aos EUA, também custam dinheiro. Apesar de que a maior parte desse dinheiro é gasto dentro dos EUA, outra parte é empregada na manutenção de navios e aviões no Caribe e em águas da América Central, o que implica que estes programas também possuem um componente internacional.

Existem boas razões para duvidar da efetividade do dinheiro gasto para lutar contra os cultivadores de folha de coca, contra os países que refinam a coca e inclusive contra os contrabandistas. O argumento básico aparece refletido nos números que são exibidos na Tabela 2. Estes valores mostram que a parte mais importante do preço da cocaína vendida no varejo se explica por transações realizadas nos EUA, a maioria das quais assume a forma de compensações para traficantes que vivem nos EUA, em função do risco relacionado ao encarceramento ou do perigo de sofrer danos durante a execução de seus negócios.

Tabela x Preços da Cocaína através do Sistema de Distribuição

Produto	Nível de Mercado	Preço Efetivo/kg.
Folhas de Coca	Venda direta/Colômbia	\$300
Base de Coca	Venda direta/Colômbia	\$900
Cloridrato de Cocaína	Exportação/Colômbia	\$1.500
Cloridrato de Cocaína	Importação/U.S.	\$15.000
Cocaína (67% pura)	Traficante/U.S.	\$40.000
Cocaína (67% pura)	Ao por menor/U.S.	\$150.000

A tortura seguida de morte do agente da DEA, Enrique Camarena, ocorrida em 1985 no México e pela qual foram responsáveis traficantes de drogas vinculados à polícia mexicana, provocou uma forte reação no Congresso dos EUA. A partir

de 1986, se começou a solicitar anualmente a presença do presidente a fim de que este certificasse quais eram as nações que estavam “cooperando plenamente” com os EUA no tema do combate às drogas. O procedimento de certificação se transformou em uma fonte de grande tensão entre os EUA e vários governos latino-americanos durante os anos 80 e 90, ainda que durante todos esses anos os EUA fracassaram em escassas ocasiões na certificação dos principais países produtores ou vinculados ao tráfico de drogas. Desde que o Presidente Bush declarou que “a razão principal pela qual as drogas são enviadas através do México para os EUA é que os cidadãos estadunidenses usam drogas”, houve uma perda considerável de interesse no processo de certificação, tanto nos EUA quanto na América Latina, apesar de que o Relatório anual da Estratégia Internacional de Controle de Entorpecentes continua sendo publicado todos os anos, incluindo uma avaliação sobre os esforços que cada país realiza para controlar as drogas.

O governo dos Estados Unidos foi muito agressivo no âmbito das Nações Unidas, já seja na Comissão sobre Drogas Entorpecentes (CND), na Assembleia Internacional para o Controle de Entorpecentes (INCB) ou no Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Delito (UNODC). A redução dos danos, a afirmação de que seria possível reduzir os danos totais que as drogas proibidas causam à sociedade mediante a redução do uso de drogas, estendeu-se amplamente na Europa (sendo a Suécia uma exceção importante). Os EUA, não obstante, pressionaram sistematicamente às Agências da ONU para que assumam posições contrárias às medidas sobre redução dos danos, particularmente no caso do programa de troca de seringas, considerado um ícone, apesar do consenso que existe entorno de que os mencionados programas não prejudicam, e em alguns casos até costumam ser benéficos. As Nações Unidas estão comprometidas com a idéia de que somente através da redução do número de usuários será possível reduzir os problemas da droga; a ONU foi bastante crítica com relação a outros enfoques, contando com a ajuda de um número de países Asiáticos e Africanos que compartilham essa

perspectiva ampla. Acredita-se que a crítica da INCB dos quartos para consumidores de drogas, dos programas de manutenção de heroína e da descriminalização do uso da maconha reflitam as pressões provenientes dos EUA.

Política e Opinião Pública

Desde aproximadamente 1985 até 1995 a política de drogas constituía um tema principal no debate público dos Estados Unidos. Era mencionada freqüentemente nos discursos de campanha e era, além disso, objeto de um tratamento legislativo considerável no Congresso. Desde o final dos anos 90, o tema se tornou invisível. Por exemplo, não se produziu praticamente nenhuma discussão sobre a política de drogas durante as campanhas presidenciais que seguiram as eleições de 1996. O estudo mais sofisticado publicado recentemente sobre a forma na qual a opinião pública vê o assunto mostrou um pessimismo geral entorno do problema (e era visto como em vias de piorar), assim como sobre a efetividade dos diferentes programas. Mesmo sendo certo que não se registrou muito apoio ao endurecimento das penas, em particular dos usuários de drogas, tampouco se pôde comprovar muito apoio para uma mudança importante na política, incluindo, além disso, a eliminação dos castigos por posse de pequenas quantidades de maconha.

Produziram-se algumas pequenas mudanças que sugerem a perda de entusiasmo com o enfoque da “guerra contra as drogas”. A mais significativa destas mudanças foi a aprovação (mediante referendo) da Proposta 36 na Califórnia, no ano 2000. Sob a "Prop 36", aqueles presos por primeira ou segunda vez por posse de drogas deviam ser avaliados par uma possível assistência a tratamento e não corriam o risco de serem enviados à prisão ou à cadeia.

Os tribunais para Drogas, cujo número superava os 1.500 em 2007, também representam um esforço para tratar os delinqüentes vinculados às drogas, de uma forma menos dura, que inclui o oferecimento de tratamento em vez de encarceramento, medida que é aplicada geralmente aos delinqüentes não violentos. Nenhum outro estado, não obstante, adotou um regime similar à Prop 36” ou tribunais para drogas, que a pesar de contar com um número importante, ainda se ocupam de menos de 5% dos delinqüentes, em função dos critérios restritivos que utilizam para decidir quem é apto para o programa. Um toxicômano de heroína experimentado com numerosas condenações por delitos violentos seria excluído na maioria das jurisdições.

Nenhum dos membros importantes do Congresso transformou a política de drogas em um tema importante durante os últimos anos, o que implica que existem poucos incentivos para que se produza algum tipo de mudança a nível federal. Um esforço recente (2007-2008) orientado a alcançar a diminuição da disparidade notória que existe entre as sentenças por pó de cocaína e crack no sistema federal ilustra a grande resistência que existe com relação à redução da severidade do regime. Inclusive mesmo que a proposta de reforma promovida pela Comissão de Sentenças dos Estados Unidos teria assegurado que qualquer delinqüente condenado por venda de crack enfrentando uma sentença de muitos anos, se produziu um forte protesto contra essa mudança, particularmente com relação à intenção de que fora aplicado àqueles que já se encontravam sob sentença do regime anterior. O Ministério Público a denunciou por seu potencial para liberar delinqüentes perigosos, e não fez referência a nenhum tipo de princípio associado à justiça.

A minha opinião pessoal é que em outros países se produziu uma diminuição da premissa por medidas agressivas. O Presidente Bush, em 2001, em um encontro com o Presidente Vicente Fox, declarou que enquanto os EUA continuarem tendo uma grande demanda de drogas, o México também continuará tendo um problema importante com as drogas. Talvez seja por isso

que praticamente desapareceu o teatro legislativo que se dá entorno da publicação anual do relatório sobre a certificação de drogas. O acordo Mérida, recentemente anunciado, sob o qual os EUA oferecem aproximadamente 450 milhões de dólares por ano para apoiar os esforços do México para controlar o tráfico de drogas, representa provavelmente menos uma expectativa de que será capaz de ajudar os EUA com seus problemas de drogas que a esperança de que ajudará o México a enfrentar os problemas de tráfico de drogas criados pela demanda estadunidense. Apesar de existirem algumas pressões sobre o frágil governo do Afeganistão para que este país erradique as plantações de ópio, a Secretária de Estado Rice foi cuidadosa ao reconhecer que qualquer redução na produção de heroína só ocorrerá em um período de tempo considerável.

O futuro da política de drogas estadunidense será provavelmente muito similar ao que foi no passado recente. Apesar, inclusive, de que a amplitude da dependência das drogas e os males associados poderão continuar diminuindo, existem poucas pressões efetivas para conseguir que se avance na diminuição das medidas de repressão adotadas durante as últimas duas décadas. É possível que o tratamento de drogas possa receber um maior apoio que no passado, mas isso, unicamente, só significará uma mudança moderada. É extremamente difícil que ocorram mudanças a nível legal.